

RESENHA

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 191.

Franci Gomes Cardoso

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Uma nova ilusão de desenvolvimento?

Marcio Pochmann possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Políticas Sociais e do Trabalho, atuando principalmente no tema: políticas de trabalho. Autor de mais de 30 livros sobre os temas do desenvolvimento, economia do trabalho e política social.

Ocorridos os 35 anos de publicação do estudo de Miriam Limoeiro Cardoso sobre a ideologia do desenvolvimento¹, a retomada do pensamento da autora é fundamental para a análise crítica dessa questão na atualidade. Desse modo, ancorada nesse pensamento, parto das seguintes premissas, para elaboração desta resenha: 1) “a crença no mito do desenvolvimento desvia-se da produção do conhecimento das relações essenciais para a organização e para a transformação desta sociedade”. (CARDOSO, M. L. 2013, p. 210). Sob a ideologia do desenvolvimento, a discussão da natureza das relações sociais dá lugar à reflexão sobre o que possa impedir ou impelir o “desenvolvimento”; 2) “a ideologia do desenvolvimento inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade, que nesta sociedade se passa, em geral, a acreditar que este é o “seu destino” promissor sempre deslocado para o futuro” (CARDOSO, M. L. 2013, p. 210).

Orientada por esses pressupostos e seguindo a trilha percorrida por Pochmann em seu estudo sobre: Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil, priorizo para a análise crítica da obra de Pochmann, os seguintes eixos: a perspectiva ideológica de desenvolvimento presente nas formulações do autor; a concepção do autor sobre a natureza da crise do capitalismo contemporâneo; os desafios e perspectivas apresentadas para o enfrentamento dessa crise.

O autor parte da ideia de que o desenvolvimento nacional não se apresenta por meio

de uma simples sucessão evolutiva, mas por oscilações complexas nem sempre previsíveis; e observa, ainda, em sua reflexão sobre o desenvolvimento, “que o desempenho econômico e social recente evidencia novas perspectivas para o Brasil” (p. 9).

Para exemplificar essas novas perspectivas evidenciadas pelo desempenho econômico e social recente, o autor faz, inicialmente, uma retrospectiva histórica remetendo-se à década de 1960, destacando que: nessa década, “a expectativa de vida do brasileiro não ultrapassava os 55 anos (18 anos a menos do que atualmente); o ensino superior abriga 93 mil graduandos, representando somente 1% da juventude entre 18 e 24 anos de idade (hoje se encontra ao redor de 13%); e em todo o território nacional os brasileiros encontravam-se distantes de condições de vida e trabalho decentes. Enquanto 82% das oportunidades estavam concentradas no centro-sul brasileiro, o restante da população podia se contentar, no máximo, com o pau de arara de caminhões a desbravar significativa parcela de estradas esburacadas com o intuito de encontrar mais do que luzes nas grandes cidades do país” (págs. 9 e 10).

O autor avança na recuperação de outras décadas até os dias atuais e parece lamentar não ter sido mantido o ritmo econômico e social evidenciado até a década de 1970, pois, se assim fosse, o Brasil seria hoje a 3ª potência do mundo. Ressalta que não foi isso o que ocorreu, pois o Brasil ainda se encontra submetido à nona potência mundial.

Embora o autor não se refira, nesta obra, ao desenvolvimento enquanto ideologia, é importante lembrar que na década de 1970, destacada por ele, há o esgotamento da perspectiva do desenvolvimentismo, mas a ideologia do desenvolvimento permaneceu e ainda permanece. Esta ideologia impõe a centralidade das discussões e análises nos determinantes que impelem ou dificultam o “desenvolvimento”, ao invés de centrar essas análises nas determinações constitutivas da sociedade, ou seja, na natureza das relações sociais.

Quanto ao desenvolvimentismo que se esgota em 1970, sua proposta era “crescimento econômico acelerado que garantiria prosperidade para todos no futuro; [...] o crescimento econômico seria garantia de segurança nacional, bem conforme as concepções anticomunistas da Guerra Fria”. (CARDOSO, M. L. 2013, p. 210) Essa vinculação entre desenvolvimento e segurança se explicita no Brasil do governo JK, de acordo com CARDOSO (2013), instalando-se, posteriormente, na ditadura com

o golpe de 1964. Entretanto, desde o início, a proposta desenvolvimentista propunha mudanças dentro da ordem, para mantê-la. Ressalvadas as diferenças das determinações históricas constitutivas da sociedade capitalista hoje, mas não é o caso discuti-las neste momento, entendo que é na direção da ideologia do neo-desenvolvimentismo ou “novo desenvolvimentismo” como é chamado pelo próprio autor na orelha do seu livro, objeto de discussão, que a reflexão de Pochmann se desenvolve.

Para ele, nos dias atuais, para superar os desafios do desenvolvimento brasileiro, o planejamento deve ser recuperado a partir de quatro níveis: o primeiro refere-se ao engajamento político-social comprometido com a participação e o envolvimento democrático das forças vivas, incluindo especialistas e gestores públicos capacitados; o segundo diz respeito à articulação institucional e coordenação geral das diferentes ações do Estado e de todos aqueles envolvidos em torno de uma perspectiva clara a médio e a longo prazo; o terceiro é relativo à combinação da prospecção de futuro com a proposta de mudança da realidade, à medida que ela se mostre incompatível com as pretensões da sustentação do desenvolvimento econômico-social e ambiental; o quarto nível do planejamento precisa estabelecer associação entre a escolha de estratégias e a trajetória ordenada pelo Estado compatível com o desenvolvimento para o século 21. Pochmann entende que “o atual processo de soerguimento do Estado se mostra fundamental e imprescindível, inclusive para que o país possa superar a maior crise dos últimos sessenta anos por meio da construção de novas bases de desenvolvimento” (p. 12).

O autor aponta que, no Brasil, após muito tempo a base da pirâmide social não arcou com o maior peso da crise internacional de 2008, favorecendo o despertar do componente diferenciador e indispensável para a saída rápida da recessão. Ressalta, aqui, que na crise econômica, mais de meio milhão de pessoas saíram da condição de pobreza e houve decadência da desigualdade de renda no trabalho.

Entende que a força do Estado, com a mediação da opção governamental de viabilizar a ação das instituições bancárias públicas e de protagonizar políticas anticíclicas, implicou ao país melhores condições do que aquelas que predominavam no período pré-crise. Conclui essa reflexão afirmando que “o novo ainda não está maduro, tampouco o velho disse adeus, mas os sinais que se tem atualmente antecipam o quanto o rumo parece estar correto” (p. 14). Para o autor, já existe no país a base para

construção de seu futuro. A possibilidade de garantia do bem-estar do povo depende das decisões sensatas e humanas com base no planejamento e do apoio de uma nova maioria política.

Nessa reflexão que o autor desenvolve, exposta até aqui, estabelece nexos entre políticas sociais, desenvolvimento e a crise contemporânea do capitalismo, e apresenta com clareza a perspectiva do novo desenvolvimentismo, que se funda “no equilíbrio entre o crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente” MOTA (2012, p. 34), pela mediação da intervenção do Estado e por meio do planejamento com apoio estatal.

A reflexão de Pochmann é coerente com os dados oficiais que ele apresenta ao longo dos cinco capítulos que estruturam o seu livro, ora em discussão, e com a perspectiva ideológica que fundamenta a análise desses dados e as perspectivas novas que ele apresenta para o Brasil, em alguns dos desafios que o autor aponta como circunscritos ao desenvolvimento brasileiro no começo do século 21.

Esses desafios são apresentados no capítulo 5, a partir de uma análise detalhada que Pochmann desenvolve sobre a temática do desenvolvimento brasileiro, considerando diferentes dimensões históricas nacionais.

Sobre essas dimensões, Pochmann distingue dois padrões de desenvolvimento no desempenho econômico e social: a sociedade agrária com predominância até o século 18; e a sociedade urbano-industrial.

Sobre o primeiro padrão, o autor expõe no capítulo 1 - A longa sociedade agrária no Brasil - uma recuperação histórica dos principais aspectos que marcaram a experiência da sociedade agrária no Brasil, com duração de 430 anos, durante os regimes Colonial (1500/1822) e Imperial (1889/1930). Ainda nesse capítulo faz uma breve reflexão sobre o período de transformações na construção da sociedade urbano-industrial, entre a Revolução de 1930 e a crise da dívida externa (1981/1983), destacando aspectos essenciais desse processo, como o aprisionamento da pauta de exportação do Brasil, na sociedade agrária, a produtos primários exportados; e apresenta como exemplo que: “entre 1927 e 1929, o café representou quase 72% do total dos produtos exportados, enquanto entre 1821 e 1823, somente o algodão, açúcar e café significavam quase 70% do total de exportação nacional”.

Em consequência desse quadro, segundo análise do autor, os países submetidos à Divisão Internacional do Trabalho na condição

de exportadores de produtos primários eram os portadores de sociedades agrárias extremamente primitivas. Nesses países havia uma minoria, a ínfima elite, como denominada por Pochmann, cercada pela maioria da população em condição de pobreza absoluta.

Naqueles países em transição para a sociedade urbano-industrial, a produção e exportação da manufatura se desenvolviam com maior produtividade e possibilitavam a formação de uma nova estratificação. Daí, o surgimento das massas trabalhadoras e da classe média não proprietária, indicando a complexidade e a superioridade da nova sociedade urbano-industrial frente ao agrarismo.

No Brasil, os ciclos econômicos da sociedade agrária passam pela cana-de-açúcar no nordeste, pelo ouro nas Minas Gerais, e pelo café no sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

Segundo análise do autor, uma das limitações da sociedade agrária se expressou pela baixa produção da produtividade do trabalhador ocupado. Isto porque, em geral, a produtividade se expressa pela relação da produção de bens e serviços por unidade de tempo, de acordo com o conjunto de fatores envolvidos na produção (máquinas, trabalhadores, matéria-prima, entre outros).

Desse modo, a produtividade acaba por depender, também, “do grau de inovação tecnológica do parque produtivo, da qualidade e quantidade da força de trabalho e das matérias-primas envolvidas, bem como da divisão do trabalho e da organização e gestão da produção” (p. 31).

A evolução da relação entre a produção total por trabalhador ocupado sofreu duas grandes alterações no Brasil, desde o último quarto do século 19. A primeira, a partir de 1930, no período de transição do Brasil da economia primário-exportadora para a sociedade urbano-industrial, tendo o mercado como centro dinâmico de acumulação do capital. A partir dessa passagem, entre 1930 e 1980, os ganhos de produtividade por trabalhador ocupado foram multiplicados por cinco vezes, enquanto no período de 1872 a 1930, a produtividade manteve-se praticamente estagnada. A segunda alteração se processou a partir da crise da dívida externa (1981-1983) com baixo dinamismo de produtividade registrado no país e expressiva oscilação da economia em curtos espaços de tempo.

No capítulo 2 - Rápida e selvagem transição para a sociedade urbano-industrial -, o autor retoma a discussão da passagem da sociedade agrária para urbano-industrial, apontando que a mesma representou, em qualquer país, a

possibilidade de acesso à condição socioeconômica superior, determinado pelo avanço da industrialização. Tal avanço, “implica construir nova base material necessária à superação de obstáculos, como por exemplo, a fome e a pobreza, que eram marcas inefáveis do primitivismo progresso das sociedades agrárias” (p.45). Nessa direção, o autor destaca que o desenvolvimento urbano-industrial não se deu espontaneamente como interpretava o pensamento liberal, mas a partir do compromisso de uma maioria política com a mudança econômica e social.

Essa maioria política constituída por uma ampla frente ideológica foi gerada em 1930, mas já vinha se constituindo desde o final do século 19, a partir dos fracassos das forças progressistas compostas pelo conservadorismo da República Velha. Nesse mesmo período, outros movimentos se mostraram importantes, em face da capacidade crescente de mobilização social nos centros urbanos do país, tendo destaque, como exemplo, “a emergência do operariado concentrado nas primeiras indústrias, ampliação contida da classe média assalariada nos serviços públicos, o movimento cultural da semana e da arte moderna e as mobilizações militares” (p. 49).

Desde a Revolução de 30, as principais transformações no Brasil ocorreram, fundamentalmente, nas cidades, uma vez que o meio rural permaneceu prisioneiro da tradição de velhas lideranças agrárias de característica escravagista, por um período mais prolongado.

Conforme análise do autor, considerando que a nova maioria política não demonstrou força suficiente para transformar o agrarismo antiquado, as inovações e reformas se deram no meio urbano, onde a população se mostrou crescente. Pochmann acrescenta, ainda, que no referente às grandes regiões do país, a transição do agrarismo para a sociedade urbano-industrial reforçou a importância relativa do sul-sudeste que liderou o movimento da industrialização nacional.

Em 1980, “as regiões sul-sudeste responderam por quase 60% do total da população, enquanto que em 1872 representavam menos de 46%. Para o mesmo período de tempo, a região nordeste perdeu 18,1 pontos percentuais em relação à sua participação relativa no total da população nacional” (p.50).

No período entre 1930 e 1980, o autor ressalta que a produção nacional multiplicou-se em 18,2 vezes, o que permitiu uma nova estrutura econômica nacional necessária à conformação de sistema avançado de proteção social e trabalhista. Mas em que pese a sua

transformação, o Brasil não se mostrou suficiente para apresentar níveis de pobreza, homogeneização de mercado de trabalho e grau de desigualdade social, comparáveis a países com desempenho econômico similar. O ingresso na sociedade urbano-industrial não impediu reproduzir situações próprias da sociedade agrária. Isto é, o expressivo crescimento econômico não levou naturalmente à construção de uma sociedade justa, democrática e socialmente menos desigual” (p. 62).

Desse modo, durante cinco décadas de duração da passagem para centro urbano e industrial no Brasil, foi consolidada uma sociedade com os extremamente ricos, a classe média não proprietária e ampla maioria da população na base da pirâmide social.

A seguir, no capítulo 3 - Ciclo de financeirização e polarização social, Pochmann se refere a um período histórico que se sucede ao esgotamento do projeto de industrialização nacional nas duas últimas décadas do século 20 e centra a sua reflexão em três eixos: o primeiro se refere aos sinais de decadência nacional, a partir do final do desenvolvimentismo, na década de 1970; o segundo diz respeito ao que o autor denomina “hegemonia de curtuprazismo e asfixia estatal”; e o terceiro, também denominado pelo autor como “rumo à sociedade dos dois quintos”.

Na abordagem do primeiro eixo, Pochmann refere-se ao esgotamento do padrão de financiamento do ciclo de expansão das economias capitalistas desde o segundo pós-guerra mundial, colocado em evidência pela crise econômica de 1973. Destaca, em relação a esse esgotamento, o agravamento do ritmo inflacionário, do baixo dinamismo e do desarranjo das finanças públicas provocado pelas políticas de corte keynesiano, voltadas tradicionalmente à reativação econômica, as quais não produziram, em geral, os mesmos resultados esperados na década de 1970. Aponta, ainda, a revisão do Estado provocada pela adoção de políticas neoliberais no início da década de 1980, bem como a elevação na taxa de juros e a abertura comercial financeira, ambas determinadas, também, pelo neoliberalismo.

Aqui, considero importante destacar que essa revisão do Estado apontada por Pochmann se constitui a estratégia do grande capital de “redução do Estado”, corporificada pelo programa tatcherista num processo de ajuste que objetiva diminuir o ônus do capital no esquema geral da reprodução da força de trabalho. Não há, portanto, apenas uma revisão do Estado sem consequências significativas para as classes subalternas.

Assim, como assinala o autor, com a reestruturação econômica dos Estados Unidos, foi possível, não apenas o “ajustamento do conjunto das economias capitalistas, que foram impelidas a se reposicionar no mundo, como ocorreu, ao final da década de 1980, a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética, passando os Estados Unidos a exercer um papel de império no mundo. A economia estado-unidense só sofreu sinais de decadência que tendem, segundo o autor, à constituição de um mundo multipolar, com a crise de 2008, que se caracteriza como uma crise capitalista de grande dimensão. Esse quadro, como é destacado por Pochmann, tem seu início a partir do final da década de 1970 com a opção dos Estados Unidos pelo receituário neoliberal. Isto resultou na adoção de um conjunto de medidas macroeconômicas que deu lugar ao avanço da globalização financeira, conforme análise do autor, e de uma nova divisão internacional de trabalho, a partir do deslocamento de parte da produção dos países ricos aos não desenvolvidos, por intermédio de grandes corporações transnacionais a operarem em redes e com tecnologias inovadoras de informação e produção. Essas medidas de reestruturação econômica, em particular a elevação na taxa de juros, implicaram, nos países periféricos, constrangimentos crescentes ao avanço do endividamento externo estabelecido até então associado ao impulso interno da produção de bens e serviços. Desse modo, “os países endividados passaram a gerar alguns saldos no comércio externo (exportação menos importação) capazes de prover recursos geralmente compatíveis com o cronograma de pagamento gradual do estado da dívida, em conformidade com o receituário do FMI. Esse resultado se mostrou extremamente favorável aos interesses dos Estados Unidos” (p.84).

No Brasil, esse quadro geral dos países endividados refletiu diretamente, desde a década de 1980. Conforme análise de Pochmann, o país conviveu entre os anos de 1981 a 1983 com forte recessão interna, destacada pelo autor como a primeira após a grande Depressão de 1929. Conforme essa análise, na mesma proporção em que a recessão implicou a queda do consumo interno, acompanhada da reorientação para exportações, houve, em consequência, o abandono progressivo das possibilidades de continuidade do projeto de desenvolvimento fundado na expansão do mercado nacional.

Assim, além do constrangimento do dinamismo econômico nacional evidenciado a partir de 1981, no Brasil, Pochmann registra,

por consequência, o aparecimento de problemas econômicos sociais que se agregaram às velhas mazelas do país. “O surgimento do desemprego urbano em massa ampliou decisivamente o excedente de mão de obra, especialmente juvenil, recolocando adicionalmente maior vulnerabilidade a diferentes segmentos sociais” (p.86, 87).

O autor ressalta, ainda, que a persistência da imposição do ajuste exportador desencadeou um longo processo de desajuste econômico e social. A implantação desse ajuste, para o enfrentamento da crise da dívida externa, continuada por políticas de estabilização monetária desfavoráveis à volta do crescimento do mercado interno sustentado durante a década de 1990, evidenciou a continuidade dos sinais de decadência nacional registrados a partir de 1981 no país.

No segundo eixo, o autor aponta os compromissos do país com as altas finanças internacionais e que, à medida que foram atendidos, os fundamentos internos da economia brasileira foram sendo profundamente fragilizados.

Desse modo, o Brasil ingressou ao final do século 20, em um contexto de mais de duas décadas de baixo dinamismo econômico, alta inflação e desorganização das finanças públicas, cabendo ao Estado o maior peso do ajuste econômico, desde a crise da dívida externa.

Nessa condição, chamada pelo autor de asfixia estatal, o Estado foi guiado por dois grandes eventos: o primeiro relacionado a desenvolvimento de uma macroeconomia financeira para dar conta à crescente perspectiva de taxa de lucro do setor privado; e o segundo relacionado às exigências da conquista do regime democrático, desde o estabelecimento da Nova República, em 1985. Tal regime pressupõe o atendimento mínimo dos interesses populares, como se verificou como parte das demandas sociais, especialmente com a Constituição Federal de 1988.

Para Pochmann, o movimento de redemocratização política, simultâneo à adoção do ajuste exportador, no início da década de 1980, possibilitou o avanço das políticas sociais. Pois, apesar do dinamismo econômico medíocre, o peso do gasto social em relação ao produto interno cresceu de forma inequívoca no Brasil. Segundo o autor, “em grande medida, a Constituição de 1988 estabeleceu novas bases para o desenvolvimento do Estado de bem-estar social mediante a diversificação dos atendimentos, a sofisticação dos conteúdos das políticas públicas e a ampliação da cobertura nos benefícios e na prestação dos serviços direcionados cada vez mais à universalização” (p. 99).

Ainda sobre a redemocratização política, o autor ressalta que o resultado da constitucionalização dos direitos se expressou na ressignificação dos princípios da justiça e solidariedade, permitindo que o gasto social avançasse relativamente ao produto interno bruto (PIB) e passasse a apresentar resultados de melhoras importantes no bem-estar geral da população.

Por outro lado, o autor aponta que nos anos 1990, os avanços do total dos gastos sociais em relação ao PIB foram bem menores (aumento de 2,6%) dos observados durante as décadas de 1970 (3,6%) e 1980 (36,6%) e de 2000 (15,9%).

Ainda neste segundo eixo o autor faz uma reflexão importante sobre a expansão do gasto social em plena vigência do neoliberalismo no Brasil. Segundo ele, inicialmente, pela modernização e concentração das políticas econômicas em torno de diversos instrumentos de gestão monetária, fiscal e financeira voltados para o aperfeiçoamento da máquina pública; acrescenta, ainda, que outros avanços foram alcançados na organização das finanças públicas, por meio de capacitação de quadros e órgãos de fiscalização, do acompanhamento e controle de processos e de transparência no uso dos recursos. Ou seja, a racionalização da máquina pública, concomitante com a elevação da arrecadação fiscal.

O terceiro eixo de discussão do autor, sobre o ciclo de financeirização e polarização social é centrado na questão da inclusão dos brasileiros aos frutos do crescimento econômico, evidenciada pelo capitalismo do país, por meio da mobilidade social ascendente, embora em um contexto de extrema desigualdade.

Nessa perspectiva, o autor registra em sua análise, que “o avanço da inclusão social, especialmente em termos de incorporação no sistema social, terminou sendo fortemente contido a partir da crise da dívida externa” (p. 109). Pois, até então, houve avanço econômico, materializado pela ampliação dos empregos formais, permitindo assegurar, minimamente, alguma forma de proteção social ou trabalhista. Entretanto, pondera o autor, nas duas últimas décadas do século 20 a mobilidade social perdeu efeito, enquanto a sociedade entrou numa fase de congelamento da estrutura social.

Ainda na mesma direção de análise, Pochmann se refere à perda do dinamismo econômico durante as duas últimas décadas do século 20, indicando que dentre as suas implicações negativas para o funcionamento do mercado de trabalho, a principal foi a insuficiente abertura de novas vagas, que ficou aquém do ingresso da mão de obra no interior

do mercado de trabalho.

Além da elevada taxa de desemprego o autor aponta, ainda, o comportamento desfavorável do rendimento do trabalhador. Principalmente em relação à evolução do PIB, que cresceu 2,8% ao ano, o rendimento médio real do ocupado aumentou somente 1,1 ao ano em média entre 1976 e 2006.

Paralelamente ao avanço do desemprego é observado, ainda, segundo análise do autor, o avanço da precarização do trabalho. Como síntese de sua reflexão sobre essa questão, o autor afirma que “as opções tomadas pelo Brasil durante as duas últimas décadas do século 20 terminaram por reduzir a capacidade de inclusão social. O congelamento da estrutura social indicou o quanto as famílias privilegiadas pelo ciclo de financeirização da riqueza foram beneficiadas pelo rentismo no topo pirâmide social, a tal ponto de restabelecer o avanço da imensa horda de serviços” (p. 115). O desemprego pressiona parcela da força de trabalho sobrando a submeter-se a atividades para famílias ricas por remuneração extremamente baixa.

Como consequência desse quadro, o autor aponta uma “conformação de uma sociedade composta por um arquipélago de ilhas de famílias rodadas por legiões de prestadores de serviços pessoais.” Um verdadeiro exemplo de polarização social evidenciado pelas possibilidades de constituição de um país para somente 2/5 de sua população.

Os capítulos 4 e 5 referem-se, respectivamente, à emergência do social-desenvolvimentismo e ao desenvolvimento do limiar do século 21.

Sobre o social-desenvolvimentismo, as reflexões de Pochmann estão centradas em três eixos: despertar de uma nova maioria política; da financeirização ao produtivismo e a efervescência na base da pirâmide social.

No primeiro, parte da ideia do descrédito do projeto de desenvolvimento brasileiro ancorado no neoliberalismo, desde o início do século 21, apesar de segmentos da elite persistirem prisioneiras pelos pressupostos constituídos, segundo ele, “por quem não existe mais”.

Aqui o autor deixa claro a sua visão quanto à ausência do ideário neoliberal no Brasil contemporâneo. Com base nessa premissa e concebendo a transição socioeconômica atual como sistêmica e estrutural, por atingir a estrutura da base sobre a qual se erige a sociedade capitalista no Brasil, considera que as medidas adotadas no século passado jamais terão sucesso no século atual. Destaca, nessa direção, que o avanço tecnológico combinado com a difusão de múltiplas cadeias de produção em

redes planetárias possibilita a distinção entre trabalho de concepção e trabalho de execução.

Ainda nessa trilha de raciocínio, é destacada a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho concentrando a concepção, sobretudo em países ricos, e a execução em países pobres. A concepção, com exigência de qualidade compatível com remuneração e condições de trabalho menos incivilizadas; e a execução geralmente pouco qualificada, sub-remunerada e com condições de exploração comparáveis às da flexibilidade laboral do século 19.

Desse modo, na análise do autor, diversos organismos governamentais e instituições não governamentais com vínculos a grandes grupos econômicos transnacionais ainda defendem ações estatais somente pontuais e focalizadas na regulação social competitiva.

Daí a proposta do autor de uma nova agenda civilizatória que, segundo ele, “permite ser defendida a partir de uma maioria política travestida pela coalizão interclasses sociais, capaz de compreender - no plano nacional- a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo, até os segmentos extremamente miseráveis da população” (p. 121)

No segundo eixo é retomada a forte crítica ao pensamento neoliberal, sobretudo em relação às finanças que, segundo o autor, a partir da redução do Estado, passaram a funcionar como um fim em si mesmo, como se a riqueza pudesse ser criada sem passar pela economia real.

Chama a atenção, ainda neste eixo, que ao contrário do paradigma anterior de mudanças, que exigia o afastamento do Estado para o pleno funcionamento dos mercados, prevalece a atual força da realidade. Isto é, a pressão das forças de mercado para que o Estado avance mais e de forma mais rápida frente à emergência da crise internacional. O Estado forte torna-se amplamente compatível com a força do mercado, indo de encontro “à máxima do pensamento neoliberal de que menos Estado representaria mais mercado e vice-versa”.

O cerne de análise desse eixo constitui-se, portanto, à relação entre Estado, sociedade e mercado, na perspectiva do reposicionamento dos mesmos em face das mudanças em curso no conjunto da sociedade e construção de um Estado forte, nessa relação. Nessa perspectiva, o autor retoma alguns momentos históricos já analisados em capítulos anteriores, enfatizando aspectos fundamentalmente econômicos, articulados ao uso das finanças do Estado e às políticas econômicas e sociais e conclui a reflexão,

neste eixo, apontando que “a base da pirâmide social brasileira conta atualmente com uma rede de garantia de poder de compra originária nos programas de transferências condicionadas de renda [...] e que o Brasil conta atualmente com 34,1% da população, sobretudo a de menor rendimento, protegida com algum mecanismo de garantia de renda, o que constitui algo inédito em relação a outros períodos de forte desaceleração econômica do país”.

O terceiro eixo trata da efervescência na base da pirâmide social, dando continuidade à análise das inflexões ocorridas nos diferentes períodos históricos objetos de reflexão do autor, centrando a discussão em torno do movimento de ascensão social, caracterizado por meio da identificação do crescimento da renda individual relacionado à renda per capita nacional. Destaca que as importantes modificações na estrutura social brasileira estão diretamente relacionadas à recente trajetória de ascensão social.

Acrescenta nessa direção da análise que, “entre 2001 e 2008, o movimento de ascensão social apontou relativamente maior diferenciação na passagem para o terceiro estrato de renda no Brasil para os indivíduos detentores de telefone e máquina de lavar quando comparado com aqueles que passaram para o nível de rendimento intermediário. [...] Essas informações apontam para o retorno da mobilidade social ascendente no Brasil”.

O capítulo 5 desdobra-se em três subitens que tratam, respectivamente, da “crise de 2008 e nova fase de acumulação capitalista”; dos desafios ao necessário reposicionamento brasileiro; e as tarefas dos progressistas.

Trata a crise de 2008 a partir da premissa de que as crises periódicas de capitalismo são momentos históricos em que antigas formas de valorização do capital sinalizam certo esgotamento, enquanto as novas formas não se apresentam plenamente maduras na dinâmica mundial.

Assim, em 2008, a crise do capitalismo globalizado evidenciou “os limites do modelo da sociedade com a concentração de riqueza entre poucas famílias e a monopolização dos meios de produção em mãos em não mais de 500 grandes corporações transnacionais” (p. 159).

Nessa mesma trilha de análise da crise mundial, na primeira década do século 21, o autor concebe que referida crise poderá ser identificada, no futuro, como as bases de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, uma vez que a crise atual é apresentada como a primeira no contexto do capital globalizado. Pois “as grandes depressões anteriores, de 1873 e 1929, ocorreram num mundo ainda constituído por

colônias ou pela presença de experiências nacionais de economias centralmente planejadas” (págs 160 e 161).

Ainda neste 1º subitem do capítulo 5, o autor estabelece comparações entre o “modelo de globalização neoliberal ‘anterior à crise’ e o ‘contexto pós-crise’” e conclui a sua análise comparativa afirmando que “a ruína da crença neoliberal explicitada pela crise atual tornou profundamente desacreditada tanto a viabilidade dos mercados desregulados como a suficiência do sistema financeiro internacional aventado dos derivativos” (p. 162).

O 2º subitem deste capítulo aponta alguns dos principais desafios circunscritos ao desenvolvimento brasileiro no começo do século 21.

Para o autor, a nova fase do desenvolvimento do capitalismo tende a depender da reorganização do capitalismo, pois “os quatro pilares do pensamento único (equilíbrio de poder aos Estados Unidos, sistema financeiro internacional fundado nos derivativos, Estado mínimo e mercados desregulados) tornaram-se cada vez mais desacreditados”.

Desse modo, conforme análise do autor, o capitalismo mundial pós-crise deve apoiar numa nova dinâmica o seu processo de reorganização.

A partir da análise do descrédito do neoliberalismo e dos pilares do pensamento único são apresentados no 2º subitem deste capítulo alguns dos principais desafios circunscritos ao desenvolvimento brasileiro no começo do século 21.

As principais questões apresentadas como “desafios ao necessário reposicionamento brasileiro” são as seguintes: 1) A questão demográfica nacional, tendo em vista que nas próximas duas décadas o Brasil deverá alcançar o teto de sua população estimado em 207 milhões de habitantes e não mais 240 milhões como evidenciaram as projeções anteriores, a queda na taxa de fecundidade entre 1992 e 2008 e, conseqüentemente, o aumento do envelhecimento da população, considerando a elevação na expectativa de vida e a menor presença relativa de segmentos mais jovens; 2) a promoção do desenvolvimento em conexão com a sustentabilidade ambiental; 3) a situação regional brasileira; 4) a retomada dos investimentos públicos e privados que, a partir de 2004, passou a crescer acima da produção, considerada pelo autor como uma questão decisiva para o reposicionamento do desenvolvimento brasileiro.

O último subitem deste último capítulo trata das “tarefas dos progressistas”, indicada pelo autor, a partir de uma revigorada reflexão sobre a economia brasileira e sua trajetória privatista e

de inserção externa subordinada aos interesses dos países ricos dos anos 90. Assim, uma tarefa urgente é a refundação do Estado como meio necessário para o desenvolvimento do padrão civilizatório contemporâneo em conformidade com as possibilidades do século 21.

Nessa perspectiva, três grandes eixos são destacados como estruturadores do novo Estado: o primeiro refere-se à constituição de novas institucionalidades na relação do Estado com o mercado; o segundo deve resultar da revolução na propriedade que impulsiona uma relação mais transparente, democrática e justa com toda a sociedade; e o terceiro e último eixo, que reside na profunda transformação da gestão pública.

Para Pochmann, “muito mais do que anunciar as dificuldades da crise global, cabe ressaltar as oportunidades que dela derivam, como a realização de uma profunda reforma do Estado que viabilize o alcance das condições pós-crise para sustentação do novo desenvolvimento ambiental, econômico e social” (p. 179).

Concluindo, devo ressaltar que a obra de Pochmann sobre “Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil” instiga o leitor para sua análise, pela sua densidade histórico-conceitual e pelo rigor teórico-metodológico do autor, bem como pela sua clareza na exposição da trajetória de diferentes momentos históricos do desenvolvimento da sociedade brasileira, permitindo o acesso amplo a diferentes segmentos da sociedade, com formações diversificadas. É uma produção acadêmica política de grande relevância para o debate universitário como também em outros espaços organizativos da classe trabalhadora e da sociedade como totalidade. Faz uma abordagem séria e sistemática, apresentando uma riqueza de dados sobre a realidade brasileira, os quais podem ser analisados em diferentes perspectivas teórico-metodológicas e político-ideológicas.

Não obstante a valiosa contribuição de Pochmann para o debate acadêmico-político da questão do desenvolvimento na atual crise do capitalismo, dentre outros aspectos relevantes, já destacados sobre a obra, considero, também, importante, ressaltar algumas tendências do autor na análise que desenvolve dos diferentes momentos históricos do país, bem como dos desafios apresentados e do que ele denomina como “novas perspectivas para o Brasil.

Na minha leitura desta obra, observo algumas tendências do autor para: 1) priorizar a reflexão sobre o que possa impedir ou impelir o desenvolvimento, em detrimento da produção de conhecimento sobre as relações essenciais para a organização e transformação da sociedade capitalista; 2) realçar o crescimento econômico

como valor primeiro, na suposição da garantia progressiva de prosperidade para todos e de que este implicará, inexoravelmente, ao desenvolvimento social; 3) atribuir grande relevância ao planejamento, bem como às políticas sociais mediadas pelo Estado, sem levar em conta, pelo menos explicitamente, o caráter compensatório dessas políticas; 4) o não reconhecimento da crise contemporânea do capitalismo como uma crise sistêmica, mas como uma crise cíclica ou uma das crises periódicas próprias do capitalismo em momentos de profunda reestruturação.

Tais tendências me impelem a: 1) reafirmar que a perspectiva política ideológica do autor é o neodesenvolvimentismo, perspectiva adotada pelo governo brasileiro, sustentada pela combinação de financeirização, crescimento econômico e políticas sociais compensatórias; conceber que os desafios e propostas apresentadas pelo autor para o enfrentamento da crise, podem se constituir propostas ilusórias, haja vista a apologia ao neodesenvolvimentismo que se apresenta insustentável e sem consistência para o enfrentamento de uma crise de natureza sistêmica que se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, M. L. Entrevista: A Ideologia persistente do desenvolvimento. Em Pauta - Crise e Desenvolvimento. Revista da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1. sem. 2013.

MOTA, A. E. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político para o Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). Desenvolvimento e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade social. São Paulo: Cortez, 2012.

Notas

¹ CARDOSO, Miriam Limoeiro: Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Franci Gomes Cardoso

Assistente Social

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Cidade Universitária do Bacanga

Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís - MA

CEP:65080-580.